

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

IMPACTO DAS IMPORTAÇÕES DOS BENS DE CAPITAL NA INDÚSTRIA
CATARINENSE, NO PERÍODO 1990 -2003

DÉBORA CRYSTINA DOS SANTOS

FLORIANÓPOLIS
JULHO/2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 2004/1

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA INDUSTRIAL E IMPORTAÇÃO DE BENS DE
CAPITAL NOS ANOS 90 E SEGUINTE EM SANTA CATARINA

Monografia submetida ao departamento de ciências econômicas para obtenção de carga horária
na disciplina CNM 5420 - Monografia

Por: Débora Crystina dos Santos

Orientador: José Antônio Nicolau

De acordo: _____

Área de Pesquisa: Economia Industrial

Palavras Chaves: Paradigmas Tecnológicos

Competitividade


Importação

Florianópolis, julho 2004

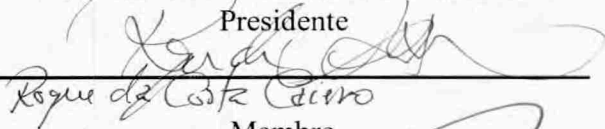
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 2004/1

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 à aluna Débora Crystina dos Santos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

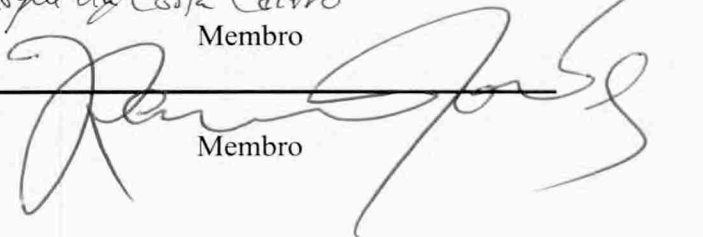
Banca Examinadora:



Professor Doutor José Antônio Nicolau
Presidente



Rogério de Castro Castro
Membro



Membro

Dedicatória

À **DEUS** pelo seu imenso amor, que me amou e amparou em todos os momentos, felizes de tristes, de conquistas e perdas e principalmente pela minha vida.

Aos meus **PAIS**, que jamais conseguirei expressar meu imenso amor e agradecimento, por todos os seus sacrifícios e preocupações, pelos incentivos e por tudo que me ensinaram e ofereceram.

A minha querida **IRMÃ**, que tanto tenho orgulho e amor.

E ao meu querido **AVÔ** que sempre me dizia: “Não tem ninguém mais linda que a minha neta naquela universidade”.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos familiares, tios, primos, avó, que não arrisco citar nomes para não correr o deslize de esquecer de todos aqueles que foram muito importantes e acreditaram em mim.

Aos meus amigos que foram parte muito importante em toda a minha formação, não só acadêmica, como pessoal, a todos vocês meu muito obrigada, e em especial:

- **Debora Sanches** que sempre esteve ao meu lado ouvindo e aconselhando nos meus dias de grandes mudanças e decisões.
- **Marli Simon**, que dedicou parte do seu escasso tempo para que eu não desistisse deste trabalho.
- **Alexandra Tosta** que foi minha amiga desde o início e desejo que seja sempre.
- Ao meu querido **Alessandro**, que acompanhou apenas uma pequena parte de minha trajetória acadêmica, mas talvez a mais difícil.
- **Fabiano Moreira**, que mesmo quando longe, esteve muito próximo sendo um verdadeiro amigo.

Ao meu querido amigo e admirável orientador professor **José Antônio Nicolau**, pela dedicação e força nestes anos de convívio.

A todos os outros professores e amigos que acreditaram no meu potencial.

RESUMO

O objetivo central desta monografia surge das grandes transformações ocorridas na economia brasileira, e conseqüentemente catarinense, nos anos 90 e seguinte. Essas transformações aparecem a partir das alterações na estrutura produtiva, motivada pelo impacto da mudança do paradigma tecnológico e pelo processo de abertura econômica, que ampliou a competitividade das indústrias no mercado exterior.

O presente trabalho aborda o aumento das importações de máquinas e equipamentos pelo Brasil e por Santa Catarina, e conseqüentemente o aumento da produção devido à inserção de bens de capital com alto nível de tecnologia e inovação.

Será utilizado como referencial teórico às propostas de autores que abordam a importância das inovações nos processos produtivos no processo de competitividade das empresas.

A abordagem refere-se à importância do esforço de importação de bens de capital como elemento importante da competitividade.

SUMÁRIO

	Página
Lista de quadros.....	ix
Lista de figuras.....	x
Capítulo I – Introdução.....	1
1.1 Apresentação do tema e formulação do problema.....	1
1.2. Objetivos.....	5
1.2.1. Objetivo geral.....	5
1.2.2 Objetivos específicos.....	5
1.3 Metodologia.....	5
Capítulo II – Fundamentação teórica.....	7
2.1 Paradigmas.....	7
2.2 Globalização.....	9
2.3 Competitividade.....	12
Capítulo III – A evolução da economia brasileira a partir dos anos 90.....	16
3.1 Processo de industrialização brasileira.....	16
3.2 Abertura econômica do Brasil nos anos 90.....	18
3.2 Internacionalização patrimonial no Brasil nos anos 90.....	21
3.3 Blocos econômicos.....	29

Capítulo IV - Reestruturação e características da indústria catarinense.....	31
4.1- Características da indústria catarinense.....	31
4.2 – reestruturação e importação de máquinas nos anos 90 e seguintes.....	34
4.2.1 – Reestruturação dos setores industriais.....	34
4.2.1.1 – Indústrias de móveis.....	35
4.2.1.2 - Indústria de papel e celulose.....	35
4.2.1.3 - Indústria de matérias plásticas.....	36
4.2.1.4 - Indústria de cerâmica de revestimento.....	36
4.2.1.5 - Indústria eletro-metal-mecânica.....	37
4.2.1.6 - Indústria têxtil-vestuário.....	37
4.2.1.7- Indústria de alimentos.....	38
4.2.2 - Importação de máquinas equipamentos por Santa Catarina na década de 90 e anos seguintes.....	39
Capítulo V – Conclusão.....	46
Referências bibliográficas.....	48

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADROS

	Página
Quadro 1 – Participação dos 10 principais países em desenvolvimento nos fluxos mundiais de IDE.....	22
Quadro 2 – Investimento estrangeiro direto e formação bruta de capital fixo em percentagem do produto interno bruto e da formação bruta de capital fixo: 1990-1999.....	24
Quadro 3 – PIB, exportações e importações – período 1990-2001.....	25
Quadro 4 – Evolução das exportações brasileiras por blocos econômicos – milhões US\$ 1991-2000.....	29
Quadro 5 - Importação de máquinas e equipamentos do Brasil, Sul e Santa Catarina – período 1990-2003.....	39
Quadro 6 – Participação das importações de máquinas e equipamentos de Santa Catarina pelos principais blocos econômicos – período 1990-2003.....	41

LISTAS de FIGURAS

	Página
Figura 1 – Produção de bens de capital no Brasil década de 70 em diante.....	17
Figura 2 – Produção física industrial brasileira e importações brasileiras de máquinas e equipamentos.....	20
Figura 3 – Importação de máquinas e equipamentos, estoque de capital fixo e produção de bens de capital (Brasil).....	23
Figura 4 – Pessoal empregado na indústria brasileira e estoque de capital fixo de máquinas e equipamentos.....	27
Figura 5 – Importação de máquinas e equipamentos Brasil, Sul e Santa Catarina	42
Figura 6 – total de importação de máquinas e equipamentos em Santa Catarina e produção física industrial de Santa Catarina.....	44

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A inovação tecnológica foi ao longo do século XX um dos pontos fundamentais das discussões sobre desenvolvimento e competitividade entre as economias mundiais. Grande impulsionadora da modernização industrial, as inovações na área tecnológica foram responsáveis pelo rompimento de padrões de produção.

A indústria quebrou seus paradigmas de produção mecanizada com a incorporação da microeletrônica, o que motivou o processo de substituição de mão de obra que operava máquinas pesadas. Como consequência, houve redução nos custos, menos desperdício, tornando o processo industrial mais eficiente.

Com tantas transformações sociais, políticas e econômicas em todo o mundo, e a necessidade da expansão do comércio para atender ao seu crescimento acelerado, a sociedade capitalista cria um novo modelo de organização econômico-comercial que conduz à inevitável abertura dos mercados provocada pela criação de grandes blocos econômicos e pela emergência da Terceira Revolução Industrial. Nesse cenário a competitividade reflete o grau de capacitação das empresas e surge para dar razão aos novos padrões de qualidade e eficiência, servindo também como motivador das economias em expansão. A abertura econômica brasileira começou a ser desenhada a partir de 1988, quando passaram a vigorar as determinações da nova estrutura tarifária nacional. Desde então o país esteve exposto a grandes transformações que

mudaram o cenário brasileiro evidenciando um novo ambiente econômico refletindo na competitividade. Para Veiga (2000, p. 21):

“A economia brasileira viveu, durante os anos 90, um período de transformações intensas e aceleradas, em função da convergência entre a estabilização macroeconômica e as reformas regulatórias que ampliaram o grau de exposição dos produtores domésticos a competição internacional e reduziram o papel do Estado como produtor de bens e serviços”.

É evidente que esta política visou à melhoria da eficiência do parque industrial brasileiro através da exposição de vários setores da economia nacional à concorrência externa. Isso possibilitou à indústria interna, com reduções temporárias dos impostos de importações, adquirir máquinas e equipamentos para a modernização de seu parque industrial. O crescimento das exportações e a captura das oportunidades de substituição de importações competitivas seriam fundamentais para uma estratégia de longo prazo.

A pauta das importações passou por um processo de modificação: a participação dos bens de consumo diminuiu e aumentou a participação dos bens de capital.

Nesse ambiente competitivo, a inovação tornou-se um desafio. Para atender ao exigente público internacional e continuar subindo na ascendente curva de crescimento das exportações, foi necessário às empresas a busca de aperfeiçoamento nos processos produtivos. Isto trouxe melhorias na qualidade e eficiência dos produtos, fechando um ciclo que recomeça com mais investimento em tecnologia e inovação.

Muitos países fazem uso de diversos instrumentos para apoiar o desenvolvimento de suas indústrias, como exemplo: as iniciativas voltadas para a inovação, o apoio às pequenas e médias empresas e ações políticas orientadas para a redução das diferenças no desenvolvimento das regiões.

Segundo Dias (1996), em seu estudo sobre o livre comércio internacional de mercadorias como forma de obter vantagens mútuas, o grau de abertura econômica em 1990 foi 5,5 e constatou-se que no período de 1980 e 1990 os produtos industrializados contribuíram com um percentual muito maior do aumento do volume exportado.

“Na década compreendida entre 1980 e 1990 houve um crescimento das exportações da ordem de 56,04%, sendo que deste crescimento 2,80% foram produtos básicos e 95% produtos industrializados, o restante refere-se a operações especiais. De 1991 a 2000 o crescimento foi de 74,20%, sendo que os produtos básicos contribuíram com 16,27%, e os produtos industrializados com 79,17% do aumento”.

Para Córdova (2000), o retorno ao equilíbrio da balança comercial brasileira passa necessariamente por um grande incremento às exportações. O governo brasileiro tem-se preocupado em formular mecanismos para dobrar o volume das exportações oferecendo incentivos fiscais e financeiros, seguro de crédito, consórcios de exportadores, programas especiais de exportação, dentre outros mecanismos.

A trajetória da industrialização catarinense, por sua vez, e está atrelada ao processo nacional, porém com algumas peculiaridades que a diferem do que aconteceu no restante do país. Diversificação setorial e empresas pequenas e médias ao lado de grandes indústrias são alguns exemplos disso, segundo Cunha (1997, p. 91):

“A estrutura industrial de SC é caracterizada pela diversificação setorial, com a presença de grande número de pequenas e médias empresas, ao lado de grandes outras, líderes nacionais em seus setores e ainda, pela homogeneidade das atividades econômicas em determinados espaços do território catarinense, formando regiões com especializações produtivas”.

As exigências de especialização tornam-se cada vez maiores e estas, por sua vez, requerem tecnologias que possam inovar os processos produtivos, contribuindo para a inserção brasileira no cenário mundial com produtos competitivos. E esta inserção, depende do bom desempenho das indústrias internas.

Santa Catarina é, dentro do território brasileiro, um estado que contribui muito para a inserção do Brasil na economia mundial. Possui um parque industrial bastante diversificado, com grande potencial de produção e um alto nível tecnológico agregado em todos os segmentos industriais.

Para continuar se destacando em relação às outras unidades da Federação brasileira, Santa Catarina tem se aperfeiçoamento para conseguir certificados em sistemas de qualidade. Os resultados dos aperfeiçoamentos são: 236 certificados em sistema de qualidade de acordo com as normas da NBR ISO 9000 (em junho de 2002). E na área de gestão ambiental 15 empresas obtiveram a NBR ISO 14001. (FIESC 2001).

A indústria catarinense tem contribuído para a ampliação da parcela brasileira nos mercados internacionais e isso acontece em função da estrutura produtiva que o Estado possui. Para alcançar o padrão de qualidade exigido pelo mercado a indústria catarinense precisa manter seu parque produtivo sempre moderno quanto aos bens de capital, necessários à produção de produtos de qualidade reconhecidos internacionalmente.

Para isso é exigido maior esforço dos empresários que atuam no Estado, quanto à melhoria contínua da produtividade. Como o mercado brasileiro não produz todos os bens de tecnologia capaz de atender a demanda nacional, a indústria estabelecida no Estado catarinense importa grande número deles.

Em função da reestruturação que o Estado Catarinense tem passado desde o início dos anos noventa, este trabalho propõe a analisar se a importação de máquinas e equipamentos durante a década de 90 e nos primeiros anos deste novo século, impacta na modernização do parque industrial catarinense.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

- Analisar os efeitos da importação de máquinas e equipamentos sobre a reestruturação produtiva industrial em Santa Catarina durante a década de 1990.

1.2.2. Objetivos específicos

- Analisar a evolução das importações de máquinas e equipamentos no Brasil na década de noventa no contexto da abertura econômica.
- Descrever a evolução das importações de máquinas e equipamentos em Santa Catarina.
- Analisar os efeitos de importações de máquinas e equipamentos sobre setores industriais selecionados em Santa Catarina.

1.3 METODOLOGIA

O principal método adotado é do tipo analítico, embasado em fontes secundárias, gráficos e tabelas.

O estudo abrangeu uma revisão teórica sobre competitividade, paradigmas tecnológicos, e comércio exterior no Brasil e em Santa Catarina. Buscou-se criar condições de amparar os dados estatísticos referentes às importações de máquinas e equipamentos na década de noventa e nos anos seguintes, pelo país e pelo estado, bem como o nível de produção física das indústrias brasileiras e catarinenses.

Os dados utilizados no presente trabalho foram coletados de relatórios (FIESC), e dos seguintes *sites*: da IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), (BACEN) Banco Central do Brasil, Portal do Exportador (ALICEWEB), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A estrutura apresenta-se da seguinte forma: no Capítulo I foi feita uma introdução do tema, apresentando os motivos que levaram a aos objetivos da pesquisa. O capítulo II apresenta-se a revisão teórica sobre do que a literatura dispõe sobre os paradigmas tecnológicos, a competitividade e o fenômeno da globalização.

O Capítulo III examina a evolução da economia brasileira a partir da década de noventa, utilizando-se também, valores e dados, extraídos do Sistema Alice, das importações de máquinas e equipamentos, assim como a relação do Brasil com os blocos econômicos e os fluxos investimentos na economia brasileira.

No Capítulo IV analisa-se a evolução da economia catarinense no período dos anos 90 em diante, e a importância das importações de bens de capital pelas indústrias do estado no processo de reestruturação industrial.

O Capítulo V foi reservado para as conclusões da pesquisa, ou seja, à responder seus objetivos.

CAPÍTULO II

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

Este capítulo tem por objetivo mostrar o que diversos autores falam sobre paradigmas, competitividade e globalização das economias.

2.1 Paradigmas

As transformações tecnológicas ocorridas no decorrer deste século despertaram o interesse sobre a dinâmica econômica, política e social. Desde que o homem passou a estudar as transformações ocorridas no decorrer do tempo, fruto de sua necessidade de entender e descobrir como a dinâmica do mundo funciona, as descobertas se tornaram infinitas e cada vez mais interessantes. Todas as transformações têm um ciclo, com começo, meio e fim. Cada finalização de um ciclo leva ao início de outro, formando uma seqüência de inovações e aperfeiçoamentos.

Os paradigmas tecnológicos, ou seja, aquilo que serve de modelo ou objeto para ser reproduzido para exemplo e posterior aperfeiçoamento representam a base material das transformações tecnológicas existentes.

“Um paradigma econômico e tecnológico é um agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter- relacionadas cujas vantagens devem ser descobertas não apenas em uma nova gama de produtos e sistemas, mas também e sobretudo na dinâmica da estrutura dos custos relativos de todos os possíveis insumos para a produção.”(Fremann, *apud* Casttels, p. 77)

Segundo Lemos (1999), cada paradigma define as oportunidades tecnológicas para inovações e sua direção, chamadas de trajetórias tecnológicas. Dessa forma, inovações radicais

inauguram novos paradigmas, enquanto dentro de cada paradigma têm lugar as inovações incrementais.

Para Perez e Freeman (1988), cada época histórica é marcada por uma ou duas inovações radicais que acabam influenciando toda a economia. A partir daí eles construíram o conceito de paradigma técnico-econômico.

“... Algumas importantes inovações radicais, que causaram impacto na economia e na sociedade como um todo e alteraram para sempre o perfil da economia mundial, podem ser lembradas, como por exemplo, a introdução da máquina a vapor, no final do século XVIII, ou o desenvolvimento da microeletrônica, a partir da década de 1950. Estas e algumas outras inovações radicais impulsionaram a formação de padrões de crescimento, com a conformação de paradigmas tecno-econômicos”. (Lemos 1999, p.127)

Dessa forma um novo paradigma econômico tecnológico estará em desenvolvimento na economia mundial, com base na eletrônica.

“Os processos industriais típicos do paradigma tecnológico dominante no século XX, de base eletromecânica, através da automação dedicada, repetitiva e não programável, foram objeto de intensa transformação (desde a segunda metade dos anos 70 e notadamente no anos 80) por meio de difusão acelerada de mecanismos digitalizados (ou dirigidos por computadores) capazes de programar o processo de automação. A eletrônica substituiu a eletromecânica como base de automação de tal forma que microprocessadores dedicados ou computadores dedicados passaram a guiar o sistema de máquinas ou partes deste.” Coutinho (1992, p. 72)

Esses conceitos são aplicados à realidade econômica atual,

“As transformações tecnológicas em curso na indústria mundial, que para muitos estudiosos constituem as bases de uma terceira revolução industrial, revelam a consagração de um novo paradigma produtivo onde a qualidade de produto, flexibilidade e rapidez de entrega, além da racionalização dos custos de produção passaram a constituir as alavancas básicas da competitividade”. (Ferraz et al., 1997, p. 16)

2.2 Globalização

Atualmente o comércio internacional está inserido em um contexto de grandes transformações, que, nas últimas décadas, vêm sendo comandadas por um fenômeno denominado globalização. Existem várias definições, mas para este estudo adotou-se que globalização *“é o processo de transformações econômicas e políticas, cuja principal característica é a integração dos mercados de bens, serviços e capitais, em escala mundial”*. (Universidade Corporativa Banco do Brasil, 1999)

A globalização é um processo de quebra das fronteiras entre os países, que abre caminhos para a expansão do comércio internacional. As empresas globalizadas procuram os mercados mais rentáveis e os recursos mais produtivos e baratos, em qualquer parte do mundo.

No estudo feito pela Universidade Corporativa do Banco do Brasil, sobre o Comércio Internacional – Princípios e Oportunidades Negociais (1999), diz esse processo de ruptura das fronteiras que abre caminhos deve-se principalmente a aspectos como:

- Eliminação de barreiras financeiras e comerciais e, portanto, ampliação das relações comerciais entre países;
- Desenvolvimento acelerado das telecomunicações e da informática, a partir da década de 90, que interligou as nações por meio das redes mundiais de computadores.
- Dependência tecnológica por parte dos países pouco desenvolvidos;

- Internacionalização do processo produtivo: presença de empresas estrangeiras em países onde os custos de mão de obra e capital diminuem o custo final dos bens produzidos, aumentando, portanto, a competitividade internacional;
- Formação de blocos econômicos: para se fortalecerem no mercado global e otimizarem o comércio exterior, os países buscam as integrações regionais, estabelecendo, relações econômicas privilegiadas entre si e atuando conjuntamente no mercado internacional.

Baumann (1996, p. 34) expõe sua visão econômica de globalização explicando no âmbito financeiro e sob a visão da perspectiva comercial da forma a seguir, para ele são vários termos que impactam em diversas áreas:

“De uma perspectiva estritamente financeira, a um maior grau de globalização correspondem, de forma simultânea: a) um aumento do volume de recursos; b) um aumento da velocidade de circulação dos recursos; c) a interação dos efeitos de a e b sobre as diversas economias”.

(...)o processo de globalização se traduz em uma semelhança das estruturas de demanda, e na crescente homogeneidade de oferta nos diversos países, possibilitando a apropriação de ganhos de escala a uniformização de técnicas produtivas e administrativas e a redução do ciclo do produto, ao mesmo tempo que muda o eixo focal da competição – de concorrência em termos de produtos para a competição em tecnologia de processos”.

Segundo Krugmann e Obsfeld (1999, p. 125), no modelo de concorrência monopolística, quando diversas firmas produzem produtos diferenciados, explicam o que acontece com dois países, por exemplo, que desejam diversificar suas ofertas para o mercado, atendendo a demanda de seus consumidores:

“... Por causa das economias de escala nenhum país consegue produzir toda a variedade de produtos manufaturados por si mesmo: então, apesar de ambos os países poderem produzir algumas manufaturas, eles estarão produzindo coisas diferentes. A natureza de concorrência monopolística da indústria de manufaturas tem uma diferença importante para o padrão de comércio, uma diferença que pode ser melhor vista analisando-se o que poderia ocorrer se as manufaturas não pertencessem a um setor de concorrência monopolística.”

Quando uma economia se dedica à produção de escala, para aumentar a sua capacidade de oferta, ela pode direcionar sua produção para atender indústrias que utilizam insumos e produtos como ela, o que pode ser chamado de comércio intra-indústrias ou trocar com outros setores, diferentes, que se denomina comércio inter-indústrias.

Segundo Krugmann e Obstfeld (1999), quando as economias de escala se aplicam no nível das indústrias em vez de no nível das firmas individuais, elas são chamadas de economias externas. A existência de economias externas permite em geral uma redução de custos para as empresas e significa uma importante alavanca do desenvolvimento econômico. Muitas empresas, antes de tomar a decisão de se instalar em determinados locais, avaliam seu potencial presente e futuro de economias externas. *“As economias externas, assim como as economias de escala que são internas às firmas, desempenham um papel importante no comércio internacional, porém podem ser bem diferentes em seus efeitos (...)”* (ibid. p. 153).

Para estes autores supracitados, as economias externas fortes tendem independente das fontes originais a confirmar os padrões de comércio intra-indústria, mesmo que outro país possa produzir potencialmente os bens de maneiras mais baratas, quando as economias externas são importantes, os países podem conceitualmente perder com o comércio, porque os países *“podem ficar prisioneiros de padrões indesejáveis de especialização e podem até mesmo induzir as perdas no comércio internacional”* (pág. 153).

2.3 Competitividade

Existem vários estudos sobre o que move a economia capitalista nos atuais dias, competitividade, sustentabilidade e flexibilidade, que são pertencentes a campos distintos, mas, totalmente complementares e dão dinâmica ao processo de desenvolvimento. Segundo Coutinho e Ferraz (1994, p. 17):

“Competitividade para uma nação é o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais, enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Competitividade é a base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais”.

Araújo (1996, p.75), completa a definição dizendo que, no que se refere a uma determinada economia ela é *“competitiva na produção de uma determinada mercadoria quando consegue pelo menos igualar os padrões de eficiência vigentes no resto do mundo quanto a utilização de recursos e à qualidade do bem”*.

Ferraz *et alli* (1997, p. 2) argumentou sobre a competitividade ligada a escolhas das técnicas utilizadas pelo produtor, explicando que:

“A competitividade é um fenômeno ex-ante, isto é, reflete o grau de capacitação detido pelas firmas, que se traduz nas técnicas por elas detidas. O desempenho obtido no mercado seria uma consequência inexorável dessa capacitação. Considera-se, assim, que é o domínio de técnicas mais produtivas que, em última instância, habilita uma empresa a competir com sucesso, ou seja, representa a causa efetiva da competitividade”.

A competitividade instiga os setores produtivos, financeiros e tecnológicos a se aperfeiçoarem cada vez mais intensamente. A sustentabilidade, que dá suporte a competitividade, que reconhece no espaço que se manifesta, as múltiplas alternativas que cada localidade tem em potencial. E por fim a flexibilização, que está caracterizada pelo círculo da participação, da parceria, redes, cadeias, alianças.

Percebe-se hoje a menor importância dada aos crescentes aumentos de eficiência técnica, enquanto que, por outro lado, há um aumento da procura pela qualidade do produto e da produção, base do novo sistema tecnológico. Para Córdova (2000, p.15), as empresas debatem-se hoje com novos paradigmas da competitividade, sendo já um remédio para todos os males à exposição incessante do conhecimento e das competências como variáveis incontornáveis em todos os modelos económicos. *“Acresce a este facto a convicção que se passa nos atuais dias, empresas e sociedade em geral, um momento de construção da sociedade de informação”*.

Segundo Baumann (1996, p. 44), a nova realidade empresarial e o aumento dos custos de pesquisa e desenvolvimento, e a redução do ciclo de vida dos produtos, *“passou a ser racional a busca de parceiros para partilhar os gastos e riscos tecnológicos, comerciais e financeiros, através de novas formas de investimento”*.

É a criatividade que estimula a capacidade para criar diferente, criar novo e com novas funcionalidades e, por outro lado, é na capacidade de adaptação à mudança e à velocidade com que essa adaptação ocorre que se permite ter ganhos de competitividade assinaláveis

Conforme Lemos (1999, p. 129), é exigido cada mais a capacitação para atender as inovações e mudanças recentes, por isso, *“exigem, por sua vez, novos e cada vez maiores investimentos em pesquisa, desenvolvimento, educação e treinamento”*.

Para a autora a exposição sobre o conhecimento como fator primordial de inovação revela que:

“Transformando-se em uma mercadoria com características bastante específicas, o conhecimento codificado como informação permite ser armazenado, memorizado, transacionado e transferido, além de poder ser reutilizado, reproduzido e comercializado indefinidamente, a custos extremamente baixos”. (...) As políticas de inovação se tornam atualmente mais importantes do que no passado, tendo em vista seu papel crucial para intensificar a competitividade, através do fortalecimento da capacidade de aprender de indivíduos e empresas. (Lemos, 1999 p. 134)

Conforme a FIESC (2002, p.38), foram estudados vários aspectos econômicos, políticos e sociais sobre questões específicas de exportação e tecnologia para o Brasil, segundo a qual, a competitividade, é expressa da seguinte forma:

“A redução do ciclo de tempo envolvido na concepção, produção e distribuição de produtos é essencial para a competitividade das empresas. A importância do tempo para a gestão das empresas se elevou, nos últimos anos, em função de mudanças em sistemas de gestão (*just in time*), logística e queda nos custos de transportes e telecomunicações. (...) Uma moderna empresa industrial está integrada ao mundo. Importa insumos, equipamentos, partes e peças e exporta parcela da sua produção. Os seus clientes, internos e externos, demandam um atendimento com elevado grau de confiabilidade e, crescentemente, fornecimentos em lotes contínuos de acordo com as necessidades. Isto exige um sistema de elevada eficiência e alto grau de sincronização”.

Conforme Coutinho (1996), cada vez mais as economias estão desenvolvendo as suas habilidades para atender aos desejos e exigências do mundo competitivo e este processo de desenvolvimento funda-se, mais do que nunca na prioridade do econômico. O acirramento da concorrência internacional tem exigido de empresas e nações reestruturação produtiva e econômica, a empresa retorna à cena como elemento básico da competição. E *é nesta concorrência intercapitalista que se apresenta os referenciais de competitividade*”. Dessa forma, é a dinâmica do processo de concorrência intercapitalista de cada mercado que dá o referencial para a avaliação da competitividade. O autor ainda ressalta, que de todos os fatores indutores de uma maior consciência e procura da inovação pelas empresas, talvez aquele que assume maior relevância, seja o próprio mercado, que caracteriza-se pelo o emprego, por hábitos de consumo, e pela competitividade, e desta maneira dá a dinâmica que ele precisa baseado nos pontos seguintes:

- Crescente tendência dos consumidores para optar pela diferenciação.
- Cada vez mais rápida obsolescência e conseqüente rotação de produtos.
- Tendência da concorrência para a ultrapassagem contínua dos produtos disponíveis no mercado.
- Necessidade de criação de emprego por jovens qualificados e entrosados em novas áreas tecnológicas. (Coutinho, 1996, p. 224)

A tendência das empresas que comercializam no mercado internacional é agregar mais valor aos produtos industrializados para que seja atraente a estes mercados externos, portanto, a

importação de bens de capital, que afeta diretamente a qualidade dos produtos e eficiência da produção, exigindo por sua vez, maior capacitação da mão de obra, são fatores indispensáveis à competitividade da economia local como um todo.

CAPÍTULO III

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 90.

O objetivo deste capítulo é mostrar como ocorreu a evolução da participação brasileira na década de 1990 no contexto da abertura comercial e do ambiente de globalização e reestruturação industrial aberto com o paradigma da microeletrônica.

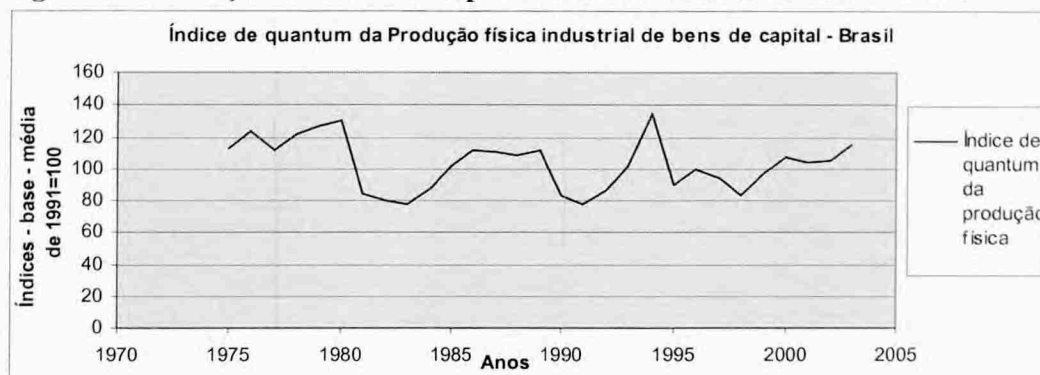
3.1 Processo de industrialização brasileira

A economia brasileira é marcada por uma sucessão de ciclos econômicos, quando se trata de industrialização, o primeiro surto teve lugar durante a Primeira Guerra Mundial, mas somente a partir de 1930 o Brasil alcançou certo nível de desenvolvimento econômico em bases modernas. Nos anos 40, houve a construção da primeira siderúrgica brasileira, localizada na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, e financiada pelo Eximbank, de origem norte-americana.

O processo de industrialização, de 1950 e 1970, resultou na expansão de setores importantes da economia, como o da indústria automobilística, da petroquímica e do aço, assim como no início e conclusão de grandes projetos de infra-estrutura.

A figura 1 mostra o comportamento destes ciclos de industrialização brasileira, referente, a produção de bens de capital da década de setenta até o ano de 2003.

Figura 1 - Produção de Bens de Capital no Brasil década de 70 em diante.



Fonte: IPEA (2004)

O desempenho crescente das taxas de produção dos bens de capital, na década de setenta, quando houve o período de substituição de importações devido às políticas de industrialização do país, é creditado à redução da dependência externa destes produtos. A substituição de importações proporcionou o surgimento de um amplo parque industrial.

Segundo Macedo (2001, p.55),

“(...)o modelo de industrialização brasileira baseou-se no chamado tripé capital estatal (responsável pela infraestrutura e as indústrias intermediárias, que necessitavam de capital em larga escala), capital privado nacional (responsável pelos setores tecnologicamente mais simples e sem necessidades de um grande aporte de capital) e o capital privado internacional (responsável pelos setores tecnologicamente avançados).”

Para Cruz, Vermulm (1994) *apud* Macedo (2001), há dois períodos para o complexo metal-mecânico na década de 80 no Brasil. O primeiro de 1981 a 1983 onde se desempenhou menos que a média das indústrias brasileiras, onde a demanda por bens de capital não se expandiu, e o segundo de 1984 a 1989, onde o setor cresceu, mas menos que o setor metalúrgico.

Já a partir de 1993, para Bonelli, (1998), com o processo de abertura econômica e um cenário de estabilização, o avanço de crescimento da indústria se ajusta à recuperação dos níveis de investimento.

Coutinho (1998, p. 243), analisando o desempenho da indústria sob o Real, no período que compreende 1994 e 1995, fala que: *“No auge do aquecimento econômico de 1994/95 os grandes grupos empresariais vislumbravam planos de investimento em grande escala”*.

Como mostra a figura 1 a tendência a partir do ano de 1997, foi um crescimento da produção industrial devido a intensas transformações na base tecnológica em função do cenário de globalização, fluxos de capitais e produção com a abertura do comércio exterior.

3.2 Abertura econômica do Brasil nos anos 90

Nos anos 90, a economia brasileira passou por processos de intensas e rápidas transformações, devido à tentativa de estabilização macroeconômica e as mudanças nos padrões de produção que colocaram os produtos nacionais em níveis de competição internacional e reduziram a participação do Estado como produtor de bens e serviços.

A partir dessa década, principalmente no Governo Collor, o Brasil, além de começar a sentir as mudanças causadas pela reestruturação produtiva-industrial, iniciou um amplo processo de liberação econômica, reduzindo gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local (Baumann, 1999).

Em 1995 a balança comercial brasileira fechou o ano com déficit, depois de 12 anos de superávit, mas esta política de liberalização veio inserida em uma conjuntura macroeconômica desfavorável, com valorização cambial e elevadas taxas de juros, e uma diplomacia econômica nem sempre eficiente. Após 1988, o governo brasileiro passou, efetivamente, a adotar políticas de abertura da economia, as quais resultaram na eliminação dos instrumentos que impediam a importação de bens processados e semi-processados, bem como na implantação de novas reformas no sistema tarifário. A redução das alíquotas de importação foi planejada para ocorrer

gradualmente entre 1991 e 1994, e foram as seguintes às alíquotas tarifárias médias simples (*ibid.*

Baumann p. 135):

- 1988-1990: 33,4%
- 1991-1993: 17,8%;
- 1994-1996: 12,9%;
- 1997-1998: 13,9%.

Os períodos de 1991-1993 e 1994-1996 foram os períodos em que houve maior redução das alíquotas tarifárias, com a intenção de provocar um choque de competitividade entre os produtores nacionais, rompendo os monopólios existentes, *“e utilizando a política comercial como instrumento complementar para o processo de estabilização de preços”* (Baumann, 1999, p.136).

Segundo o autor, a entrada de capitais, aliada aos superávits comerciais dos anos passados da década de 1980, permitiu um acúmulo de reservas internacionais que, acompanhadas à queda nos impostos de importação e outras barreiras ao comércio internacional, estimularam a abertura econômica. A implantação do Mercosul foi um dos destaques desse período, que proporcionou um estímulo às negociações com os parceiros e gerou um novo posicionamento do Brasil no cenário da política internacional. Em 01.01.95 entra vigor a Tarifa Externa do Mercosul (TEC), reduzindo ainda mais as alíquotas da pauta tarifária brasileira.

Baumann (1999, p.45) ressalta que:

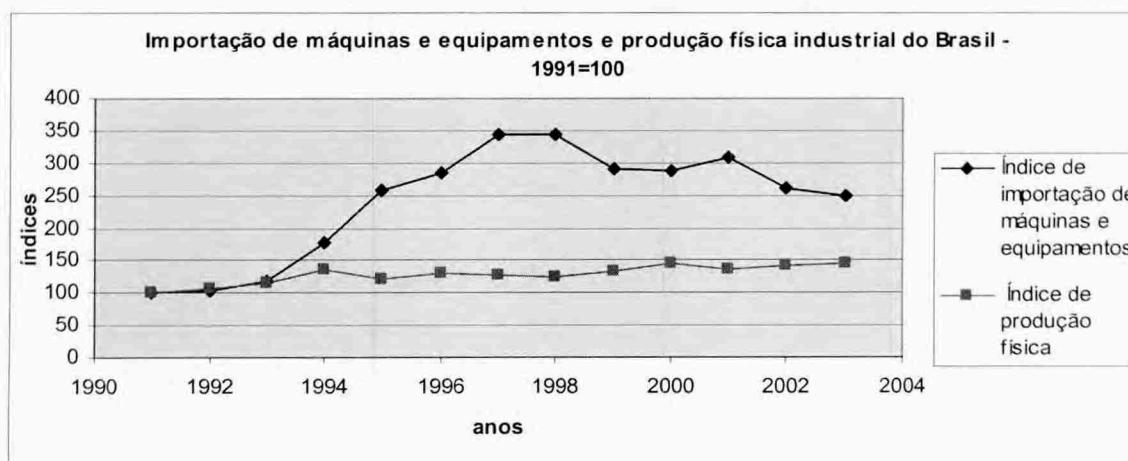
“(...) A reforma comercial de 1990 foi ampliada, para incluir também a eliminação de barreiras não-tarifárias e vários incentivos às exportações, bem como uma reforma significativa da estrutura institucional responsável pela política de comércio exterior.(...) Em meio a medidas de abertura comercial, desregulamentação dos mercados (associada à privatização) e isonomia no tratamento do capital estrangeiro, a década de 1990 marca o retorno do Brasil ao centro de interesse de investimento estrangeiro, que intensificou o fluxo de recursos destinados ao país”.

Segundo Sayad (1998, p.86), a estabilização do nível de preços precisou se apoiar, nos anos 90, no mercado financeiro internacional, que depois da crise da dívida externa e do

petrodólares, no final dos anos 70, cresceu muito rapidamente e é motivo de preocupações. Mesmo assim, representa a única e talvez melhor alternativa para a estabilização dos preços nos anos correntes.

No que se refere à produtividade e qualidade, após a abertura comercial, houve uma maior concorrência dos produtos importados, e a produção industrial também teve um salto na década, como mostra a figura 02.

Figura 2- Produção Física Industrial Brasileira e Importações Brasileiras de Máquinas e Equipamentos.



Fonte: MDIC/SECEX, IBGE (2004)

Os períodos que compreende 1991 a 1994, as importações de máquinas e equipamentos, acompanhavam o mesmo desempenho da produção física industrial, e a partir da implantação do Plano Real em 1994, a produção cresceu 37,52% em relação a 1991, enquanto que as importações tiveram saltos extraordinários de 77% de acréscimo, quando em 1999 volta a ter uma queda 13,82%.

O comportamento da curva da produção industrial deve-se à desindustrialização de setores que ao invés de produzir, passaram a importar; houve uma desnacionalização das indústrias

devido à entrada de capitais externos nas empresas brasileiras e uma defasagem tecnológica dos produtos produzidos internamente.

3.2 Internacionalização patrimonial no Brasil nos anos 90.

A busca de parceiros para compartilhar os riscos e despesas relacionadas à tecnologia, comércio de produtos e financiamento, através de novas formas de investimentos, passou a ser indispensável devido ao aumento dos custos de pesquisa e desenvolvimento decorrente dessa nova realidade empresarial, e a simultânea redução do ciclo de vida dos produtos.

As empresas multinacionais exercem um papel fundamental no processo de globalização, caracterizado pela aceleração dos fluxos internacionais de bens, serviços, tecnologia e capital; intenso processo de transformações tecnológicas e mudanças nos regimes nacionais de incentivos e regulação, na direção da liberalização econômica.

“No caso brasileiro dos anos 90, o que se viu foi um movimento por parte das Empresas Transnacionais, já estabelecidas de adoção quase que generalizada das duas últimas medidas, tendo iniciado com isso um processo de racionalização e modernização produtiva. Deste modo, o que se viu foi uma confirmação a respeito da correlação positiva entre fluxo de IDE e abertura comercial” (FERRAZ, 1999 p. 49)

A empresa transnacional é o principal agente de realização do investimento externo direto (IED). A presença destas empresas é particularmente importante na indústria de transformação, que é o setor que mais concentra os fluxos de investimento externo direto no Brasil e no mundo.

“As duas últimas décadas do século XX foram marcadas pelo rápido crescimento das atividades das empresas multinacionais (EMNs). Os fluxos de IED mundiais cresceram tanto em relação à produção mundial quanto em relação ao comércio internacional de mercadorias. Essa tendência reflete uma nova configuração da economia mundial, cuja característica principal é a globalização da produção e onde os agentes ativos de mudanças são as EMNs.” (Amal, Seabra, 2002 p.43)

Os movimentos de fusões e aquisições refletem estratégias adotadas pelas empresas na busca de novos padrões de inovação e consumo e na exploração de mercados com magnitude global, antecipando ou em resposta as transformações no ambiente de competição onde elas operam. Estes movimentos ocorrem sempre que residentes de um país têm acesso a bens e serviços provenientes de outro país, e podem acontecer através do comércio internacional, de investimentos estrangeiros diretos ou por contratos. Quanto aos investimentos internacionais, estes podem ser classificados em:

- **diretos:** o investidor tem o interesse de explorar uma empresa em outro país, que seja diferente do seu de origem e interferir efetivamente na gestão da empresa em que está inserido seu capital, e segundo o FMI e a OCDE a parcela deste investimento deve deter no mínimo 10% da gestão da empresa.
- **portifólio:** não estão diretamente ligados ao controle de operações da empresas que o capital será investido.

A economia brasileira sempre foi considerada uma das mais abertas aos investimentos estrangeiros. O tamanho do mercado brasileiro – real e potencial –, é conseqüentemente um fator importante de atração, o que pode ser confirmado quando se analisam os números que compõem o quadro 01.

Quadro 01- Participação dos 10 principais países em desenvolvimento nos fluxos mundiais de IDE.

País	1985	País	2000
Arábia Saudita	20,4	China	19,2
México	11,3	Hong Kong, China	16
Brasil	9,2	Brasil	14,4
China	7	Argentina	6,5
Cingapura	6,9	México	5
Malásia	5,5	Coréia do Sul	4
Egito	4,7	Cingapura	3,1
Bermuda	4,6	Bermuda	4,6
Hong Kong, China	4,3	Chile	2,7

Argentina	2,7	Ilhas Cayman	2,4
Total dos 10	76,6	Total dos 10	76,7

Fonte: UNCTAD, 2001 *apud* Amal, Seabra, p. 45, 2000)

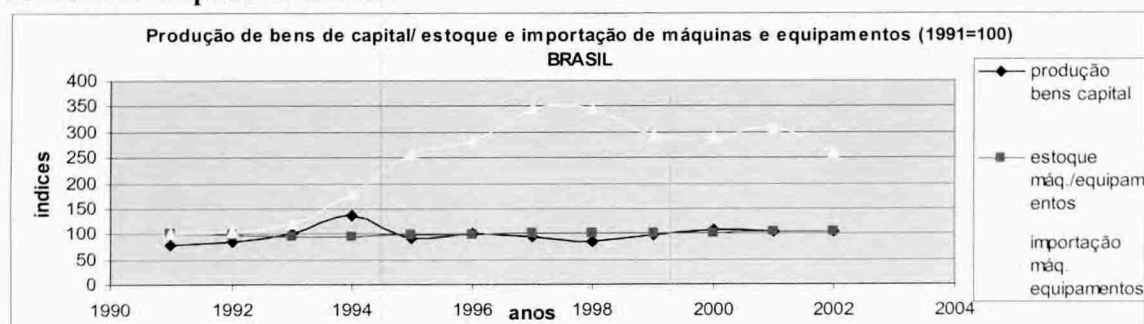
Dados do quadro 01 mostram que o Brasil, no ano de 1985, apresentava 9,2% de participação na composição do destino dos investimentos diretos internos. No ano de 2000, a participação foi de 14,4%. A evolução da participação brasileira no IDE, pode ser explicado pelo processo de abertura econômica.

“(…) Em termos das estratégias empresariais, pode-se afirmar que, ao longo do período de maior atração de IDE (1995-1998), a principal razão de atração foi o baixo preço dos ativos nacionais resultante da valorização do real combinado com a estabilidade e o crescimento do mercado doméstico”. (Amal, Seabra p. 45, 2002).

A valorização cambial, a partir de 1994 e a forte entrada de capitais externos nas empresas brasileiras, alteram muito o comportamento das indústrias frente à necessidade de modernização industrial, devido à competição mundial.

A figura 3, mostra a evolução das importações brasileiras de máquinas e equipamentos, o comportamento da produção de bens de capital e o estoque de máquinas e equipamentos pelo país, da década de 1990 até o ano de 2002.

Figura 3 – Importação de Máquinas e Equipamentos, Estoque de Capital Fixo e Produção de Bens de Capital no Brasil.



Fonte: MDIC/SECEX- Sistema Alice, IBGE, IPEA (2004)

O comportamento quase que estático da curva que apresenta a produção de bens de capital no país, mostra que a economia passava por um período de grande redução do dinamismo econômico.

Após 1994, os índices de nacionalização dos bens de capital caíram significativamente, reduzindo a produção de bens de capital em 66,24% no ano 1995, enquanto que as importações tiveram um acréscimo de 68.96% em relação às importações de máquinas e equipamentos do ano anterior.

Para Coutinho (1999), a evolução das importações na década de noventa, refere-se “ *ao forte viés anti-produção no país (e pró-importação) da política econômica decorrente do programa de estabilização* ”.

O grande avanço da importação de máquinas e estabilidade dos níveis de estoque de bens de capital, deriva –se de dois fatores: a) investimentos em reposição de equipamentos e b) investimentos em novas plantas e em novos produtos.

Também, considera-se que a forte entrada de capitais externos no país, que é fator importante na formação bruta de capital fixo, não necessita ser totalmente direcionada para esta formação.

Para Moreira (1999), do ponto de vista macroeconômico, o investimento estrangeiro direto exerce igualmente um papel determinante no financiamento das contas externas e na composição da formação bruta do capital.

Quadro 02 - Investimento estrangeiro direto e formação bruta de capital fixo em percentagem do produto interno bruto da formação bruta de capital fixo: 1990-1999.

Ano	IDE/PIB	FBCF/PIB	IDE/FBCF
1990	0,2	15,5	1,2
1991	0,2	15,2	1,6
1992	0,4	14,0	2,9
1993	0,2	14,4	1,2
1994	0,4	15,3	2,4
1995	0,6	16,7	3,7

1996	1,3	16,5	7,8
1997	2,1	17,9	11,9
1998	3,4	17,4	19,0
1999	3,3	17,2	19,4

Fonte: Moreira, (1999).

Percebe-se no quadro 2, que a partir de 1996 o percentual dos investimentos diretos externos em relação ao produto interno bruto dobrou em relação ao ano anterior, e que a participação dos investimentos estrangeiros na formação bruta de capital fixo acompanhou este crescimento. Isto mostra que o crescimento da produção destes bens, do ano de 1996 em diante deve-se a internacionalização da produção e também ao período posterior da abertura comercial.

No quadro 03 estão dispostos os dados do PIB, das exportações e das importações brasileiras na década de noventa. Nela é possível comparar os desempenhos do comércio internacional brasileiro e o grau de abertura econômica para cada ano.

Quadro 03 – PIB, Exportações e Importações – 1990-2001

PIB Brasil				Exportações Brasil (FOB)			Importações Brasil (FOB)		
Período	US\$ bi (A)	Taxa real %	Abertura Econômica	US\$ bi (B)	Variação %	Participação % B/A	US\$ bi (C)	Variação %	Participação % C/A
1990	469,3	-5,1	5,5	31,4	-8,6	6,7	20,7	13,1	4,4
1991	405,7	1,3	6,5	31,6	0,7	7,8	21,0	1,8	5,2
1992	387,3	-0,3	7,3	35,8	13,2	9,2	20,6	-2,3	5,3
1993	429,7	4,4	7,4	38,6	7,7	9,0	25,3	22,9	5,9
1994	543,1	5,6	7,1	43,5	12,9	8,0	33,1	31,0	6,1
1995	705,4	4,2	6,8	46,5	6,8	6,6	49,8	50,5	7,1
1996	775,5	2,7	6,5	47,7	2,7	6,2	53,3	7,1	6,9
1997	807,8	3,3	7,0	53,0	11,0	6,6	59,7	-3,4	7,3
1998	787,9	0,2	6,9	51,1	-3,5	6,5	57,7	-3,4	7,36
1999	531,1	0,8	9,2	48,0	-6,1	9,0	49,3	-14,7	9,3
2000	594,2	4,4	9,3	55,1	14,7	9,3	55,8	13,3	9,4
2001	503,9	1,5	11,3	58,2	5,7	11,6	55,6	-0,4	11,0

Fonte: Bacen, 2004.

O grau de abertura econômica é um indicador que serve para comparação internacional. Quanto maior é o valor do grau de abertura comercial de um país, mais este país transaciona com

o exterior, ou seja, maior é a proporção de mercadorias importadas e exportadas em relação ao seu PIB.

Conforme dados do quadro 03, as importações brasileiras alcançaram o maior nível no ano de 1995, o ano posterior à implantação do Plano Real, quando houve valorização da moeda nacional. Neste mesmo ano a abertura comercial decresceu em relação ao ano de 1994, onde passou de 7,1 para 6,8. Relaciona-se esta queda à pequena participação das exportações no ano de 1995 de 6,8%, enquanto no ano de 1994 havia atingido 12,9%. Ou seja, o impacto do plano real na taxa de câmbio, favoreceu as importações somente após sua implantação. Após o ano de 1999, com a desvalorização cambial houve significativa queda das importações.

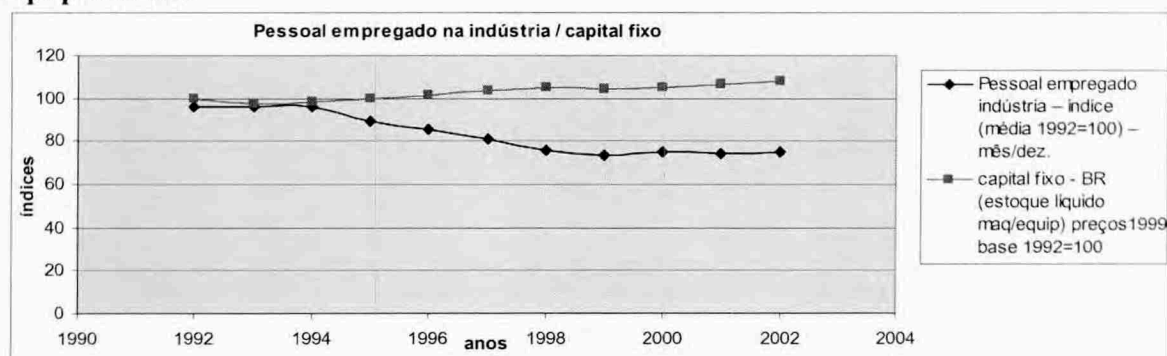
A evolução dos indicadores econômicos nesta década pode ser atribuída a fatores, como, segundo (Motta ,1999):

- Nível de atividade e preços: os preços ficam assegurados por medidas como adoção de regimes de bandas cambiais, intensificação de abertura econômica e privatizações;
- Política cambial e setor externo: a abertura comercial aumentou a exposição dos produtos nacionais ao exterior, e a elevação de taxas de juros para atração de capitais refletiu no nível de atividade da economia.
- Política monetária e fiscal: as taxas de juros foram utilizadas para estabilizar a economia, e as reduções que houveram do câmbio, permitiu queda das taxas de juros.
- No plano real houve ausência de política salarial, que refletiu no desemprego industrial. Este desemprego forçou a queda do nível salarial, que passa a depender da dinâmica do trabalho que vem se alterando pela revolução tecnológica e pelo processo de globalização.

As consequências que as alterações na dinâmica do trabalho sofrem devido às mudanças tecnológicas, mudam o paradigma de emprego fixo, e das relações de trabalho, sendo assim, é possível considerar que uma dessas mudanças seja a diminuição dos empregos fixos.

A figura 4 mostra o comportamento dos níveis de pessoal empregado na indústria brasileira, bem como o comportamento dos índices do estoque dos bens de capital no período que compreende a década de 90 e os anos seguintes.

Figura 4. Pessoal empregado na indústria brasileira e estoque de capital fixo de máquinas e equipamentos



Fonte: IBGE, IPEA (2004)

Percebe-se que a quantidade de pessoal empregado na indústria decaiu muito a partir de 1994, mesmo ano que as importações de máquinas e equipamentos tiveram um grande salto.

Macedo (1994) refere-se à queda da produtividade a partir de 1995, devido aos investimentos para a incorporação de novos equipamentos redutores de custos e de mão de obra, onde o ideal seria que a maior parte dos investimentos fosse realizada na expansão da capacidade tecnológica, a fim de que fosse possível produzir novos e melhorados produtos.

Para Nicolau (2002, p.12-13), a reestruturação das indústrias causou um enxugamento da estrutura produtiva:

“A ameaça da iminente contestabilidade externa provocou um movimento de reestruturação dos processos produtivos pelas empresas industriais brasileiras, na direção do enxugamento e maior agilidade da estrutura

produtiva, mediante a implantação de novas práticas gerenciais, redução do quadro de pessoal, fechamento ou reestruturação de plantas produtivas e especialização em menor número de atividades e produtos”.

Conforme Ramos e Reis (1997, p. 222), o que explica a queda de emprego na indústria a partir de 1994, está relacionado ao fato de que *“o esforço da indústria em resposta ao processo de abertura comercial envolveu a reestruturação organizacional e produtiva das empresas, passando pelo enxugamento dos quadros de pessoal”*.

O resultado pode ser observado na figura 4, onde em 2001, o percentual de pessoal empregado na indústria caiu 22,27% em relação ao ano de 1994.

A queda do nível de emprego no Brasil, após 1994, deve-se a fatores como crescimento populacional, elevação da produtividade e a liberalização das importações e baixos dinamismos econômicos. Também porque, *“(...) a reestruturação produtiva observada no país tem sido assentada na racionalização de custos e no uso de equipamentos mais modernos com um viés poupador de trabalho”*. (Gonçalves, 1998, P. 177).

Assim, o desemprego gerado, aumenta a expansão do mercado informal, seja pela reestruturação produtiva, seja pelo progresso técnico. A reestruturação e modernização industrial passam a ser o elemento determinante na decisão de utilização de mão de obra.

3.3 Blocos econômicos

Para se fortalecerem no mercado global, otimizarem o comércio exterior e ampliarem o potencial produtivo de suas economias, os países lançam mão de políticas de integração entre eles, que se processam através de quatro estágios.

Segundo a Universidade Corporativa Banco do Brasil, a **ÀREA DE LIVRE COMÉRCIO**:

(1) é um acordo que permite a adoção progressiva de tarifas alfandegárias comuns entre os países

membros. Com parceiros fora do bloco, cada país estabelece regras próprias. Se os membros decidem adotar política única com quem não integra o grupo, forma-se uma UNIÃO ADUANEIRA (2). O MERCADO COMUM (3) vai além: liberaliza o trânsito de pessoas, bens e capitais, e não só de mercadorias. Quando se padronizam as políticas econômicas dos países componentes do bloco rumo a uma moeda única, chega-se à UNIÃO ECONÔMICA(4), estágio mais avançado da integração.

O quadro 04 mostra a evolução das exportações brasileiras para os principais blocos econômicos de relacionamento, sendo eles, União Européia, Nafta, Ásia, Mercosul e Aladi, no período de 1991 a 2000.

Quadro 04- Evolução das exportações brasileiras por blocos econômicos- Milhões US\$ (1991- 2000)

Blocos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
União Européia	32,8	30,1	26,4	28	27,8	26,9	27,4	28,8	28,6	26,8
Nafta	23,7	23,6	24,1	23,8	20,7	21,7	20,2	22,1	25,5	28,0
Ásia	17,1	15,6	15,9	16,2	17,6	16,4	14,6	11	11,9	11,4
Mercosul	7,3	11,4	14	13,6	13,2	15,3	17,1	17,4	14,1	14,4
Aladi	8,3	9,8	9,7	8,8	8,2	7,6	8,6	8,7	7,7	9,3

Fonte: FIESC, 2001.

Dados do quadro 04 mostram que a União Européia apresentou o maior desempenho até o ano de 1999, tendo um decréscimo de 6,30% no ano de 2000 em relação a 1999, decorrente da desvalorização cambial. No ano de 2000, o NAFTA, passou a ocupar o primeiro lugar, em blocos importadores do Brasil. Em relação ao Mercosul, o crescimento das exportações foi de aproximadamente 50% no período de 1991 a 2000, sendo o que mais contribuiu para as exportações brasileiras por blocos econômicos.

Alguns dos motivos que incentivam as empresas brasileiras a exportar são: possibilidades de incremento nas vendas, diversificação de mercado e consolidação no mercado externo. Sendo

assim, as empresas buscam cada vez mais o aperfeiçoamento das suas produções e mecanismos de apoio às exportações, como a redução de tarifas, mencionado anteriormente.

CAPÍTULO IV

4. REESTRUTURAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA CATARINENSE

Este capítulo tem o objetivo de analisar a evolução da economia catarinense no período dos anos 90 em diante, e a importância das importações de bens de capital pelas indústrias do estado no processo de reestruturação industrial.

4.1 Características da indústria catarinense

Santa Catarina apresentou ao longo de sua história um processo de industrialização de relevância para o país, caracterizando-o como um estado que tem grande potencial competidor no mercado internacional. O Estado tem uma indústria diversificada se comparada à dos outros estados brasileiros e oferece grandes oportunidades de investimentos em praticamente todos os setores. Em função de grande parte das empresas dependerem direta e indiretamente da conquista de espaços no país e no exterior, o elemento crítico para o desenvolvimento da indústria catarinense é a competitividade.

Segundo Nicolau (2002), o estado conta com uma participação maior da indústria de transformação - que corresponde a 35,5% do que é produzido. As indústrias agropecuárias que correspondem a 12,85% do produto interno bruto e 11,1% atividades de construção civil e extração de minerais. Possui uma parcela da população rural que corresponde a 27% e cidades de médio porte com especialização dos serviços menor em relação aos grandes centros.

Em relação às indústrias de maior peso na economia catarinense, tem-se que *mais da metade é constituída por indústrias tradicionais produtoras de bens não duráveis, enquanto que*

há pequena participação das indústrias química e metalúrgica (Nicolau, 2002, p.21), mas também abriga indústria mecânica de grande porte produtora de equipamentos e de eletrodomésticos.

Para Nicolau (2002), o Estado abriga indústrias de transformação de pequeno, médio e grande porte e, as micro e pequenas têm maior expressão em Santa Catarina do que no resto do país em relação ao nível de geração de emprego: 46,5% contra 37,4%. As médias empresas têm participação semelhante em comparação com os outros estados brasileiros, em média 25,5%.

Conforme FIESC (2001), em relação ao Brasil, Santa Catarina sempre apresentou significativa participação no comércio internacional, sendo que 7% do PIB são exportados e 3% do PIB são importados, e ainda, contribui com 5% do total exportado pelo Brasil. Esta participação expressiva deve-se a diferentes capacidades produtivas e tecnológicas do estado.

As indústrias que tem destaque no comércio internacional são: *indústria de carnes de aves e suínos; segmentos da indústria têxtil/confecções (linha cama-masa-banho); e mobiliário (móveis de madeira para dormitórios); (...) cerâmica de revestimento (pisos e azulejos) e de papel*. (Nicolau, 2002 p. 25). Também está presente no estado e destacam-se internacionalmente empresas do segmento mecânico e elétrico e material de transporte.

As diversas indústrias estão distribuídas por todo o território catarinense, possuem algumas características, conforme Campos *et al*, (2002):

- Indústrias de móveis: nos municípios de São Beto do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, na região norte de Santa Catarina.

Na década de 90 desenvolveu a estratégia de se inserir no mercado internacional. No ano de 1998 contribuíram com mais da metade da parcela de móveis exportada pelo Brasil.

- Indústria de papel e celulose: distribuem-se pelo Planalto Serrano, Meio Oeste e norte.

A integração da produção elimina operações e reduz custo de produção, e isto contribui para que o estado seja um grande produtor de papel para impressão, embalagem e sanitários.

- Indústria de matérias plásticas: estão concentradas na região Nordeste e Sul do estado.

Na região Sul, as empresas são responsáveis por 85% da produção nacional de plásticos descartáveis. Na região Nordeste, estão grandes produtoras como: Tigre S.A. Tubos e Conexões, Akros e Cipla.

- Indústria de cerâmica de revestimento: está na região sul do estado.

A produção destina-se em grande parte ao mercado interno, e para o mercado externo destina-se principalmente para os Estados Unidos, América Latina e Mercosul. Indústria eletro metal-mecânica: a maioria esta localizada em duas regiões vizinhas: o nordeste do Estado e o Vale do Itajaí.

O aspecto a ser destacado é o maior número de grandes empresas atuando no setor metalúrgico, onde grande parte delas produz bens de capital.

- Indústria Têxtil-vestuário: principalmente no vale do Itajaí, onde se considera o maior aglomerado têxtil-vestuário do sul do país.

Nas exportações, a performance da indústria têxtil-vestuário de Santa Catarina apresenta movimentos ascendentes entre 1991 e 1993 e descendentes de 1994 a 1998, à exceção de 1997, quando ocorre pequena reversão do ciclo (Schulz 1999 apud Campus et al, 2002 p. 130)

- Indústria de alimentos: localizadas, na região oeste e grande Florianópolis.

Nos anos 90, esta indústria se expandiu à taxa média anual de 9,6%, contribuindo em 20% na indústria brasileira.

O setor industrial apresenta pautas de produção e exportação bastante diversificadas, revelando competitividade nos mercados internos e externos. Esta competitividade aumentou com a reestruturação e modernização dos parques industriais nos anos 90, e como consequência trouxe uma mudança na utilização da mão de obra, que passou a ser mais exigente quanto à capacitação. No ano de 1999, a desvalorização cambial, melhorou a pauta de exportações e, diminuiu as importações, mas a reestruturação anterior que causou aumento do desemprego, não foi recuperada com o aumento da venda de produtos para o exterior.

Segundo (Mattei, Lins 2001, p. 40), com relação à parcela de Santa Catarina no PIB brasileiro, embora represente apenas a metade da década de 90, ainda assim pode se considerar a importância da indústria de transformação, sendo que, “entre 1970 e 1995 a participação catarinense subiu de 2,2% para 3,3%(...). A dinâmica econômica registrada ao longo do tempo em Santa Catarina também se reflete na participação estadual no Valor de Transformação Industrial (VTI) e na evolução da renda *per capita* em escala nacional”.

Sendo assim, posição de destaque na economia brasileira é devida a grande diversificação do estado em setores industriais.

4.2 – Reestruturação e importação de máquinas nos anos 90 e seguintes.

Os anos da década de 1990 são considerados aqueles que as indústrias procuraram aperfeiçoar a produção e a qualidade dos produtos com o fim de obter vantagens no mercado externo, e os setores industriais catarinenses absorveram o processo de reestruturação produtiva e positiva destes anos.

4.2.1 – Reestruturação dos setores industriais

4.2.1.1 – Indústrias de móveis

Os anos 90 foram marcados por profundas competições no setor de móveis. Para os autores Campos, *et al* (2002), as indústrias procuraram: diminuir pessoal empregado, modernizar a planta industrial, com novas técnicas gerenciais, e produtivos, aquisição de novas máquinas e equipamentos e exportar a produção.

A partir do ano de 1995, este processo se intensificou, devido a fatores econômicos como, valorização da moeda nacional, queda das alíquotas de importação e juros baixos para financiamento externo de máquinas e equipamentos.

Para Coutinho(1999) *apud* Campos *et al* (2002, p. 132), “ (...) Pesquisa nacional apontou a região produtora de São Bento do Sul como a que mais investiu tanto em relação ao número de empresas quanto à escala de valores monetários.”

As indústrias do setor além da modernização do parque introduziram ainda mudanças nas técnicas de gestão empresarial.

4.2.1.2 Indústria de papel e celulose

Para Leão, (2001, p. 51),

“A indústria mundial de papel e celulose mantém as características estruturais de ser uma indústria de processo contínuo com forte grau de concentração técnica e financeira e ofertar produtos maduros e tecnologia estável, apesar de terem se acentuado a diferenciação de produtos e as inovações incrementais na tecnologia de processos nos últimos anos”.

Neste setor, o desempenho das indústrias em relação à reestruturação industrial foi bastante satisfatório, houve aumento da capacidade produtiva. As empresas importaram máquinas

e modernizaram o parque industrial, importando principalmente da “(*Valmet Corporatio, Voith Paper, Belmet*), da Itália, Alemanha e dos Estados Unidos.”(Campos et al, 2002 p. 133).

Quanto à origem dos capitais, as empresas “Klabin (de capital nacional) e Rigesa (de capital norte-americano) – respondem por mais de 55% do volume de produção e por mais de 90% das exportações”.(Leão, 2002 p. 62).

4.2.1.3 Indústria de matérias plásticas

Conforme Klug e Lins (2002), Santa Catarina participa com 9,8% da produção de artefatos plásticos no total do Brasil. Sua participação no PIB do estado corresponde à parcela de 4,4% desta indústria. Na região sul do estado, as indústrias de matérias plásticas absorvem 26% da mão de obra. Em termos de produtividade, o segmento que mais se destaca são os semi-acabados de PVC e *masterbach*, além de recicladores. A indústria Tigre S/A, é a maior produtora de PVC do Estado. Houveram grandes transformações no sentido de modernização da produção destes produtos, apesar das privatizações no setor petroquímico ligado ao setor.

4.2.1.4 Indústria de cerâmica de revestimento

Estas indústrias, segundo Campos et al (2002), tiveram dificuldades no início da década de 1990, mas a partir de 1994, as empresas passaram a absorver o processo de reestruturação produtiva, se especializando em produtos com maior valor agregado. A melhoria do padrão produtivo foi decorrente de aquisição de novas máquinas e equipamentos, especialmente importados da Itália.

Conforme os autores, houve também capacitação dos recursos humanos, e inovação nos produtos, aumento dos gastos com pesquisas, melhoras da logística e gestão das empresas.

Segundo os autores, o aumento da produção e o incremento foram devido ao estímulo “*da demanda local, facilidade de importação de equipamentos e matérias primas e liberdade de remessa de recursos para o exterior*” (p. 135), em virtude da abertura comercial e valorização cambial.

4.2.1.5 Indústria eletro-metal-mecânica

A desverticalização das atividades produtivas e a busca pelo mercado externo, foram motivos que levaram a reestruturação industrial deste segmento. Conforme Macedo (2000) apud Campos et al (2002), parte deste esforço também está ligado à presença de capital externo nas empresas catarinenses, incentivada pelo movimento de capitais sem restrições.

Segundo Campos, primeiro houve a importação de novos equipamentos e por seguinte inovação interna dos produtos e processos. Seguido destes fatores, estão as exigências das indústrias na qualificação de mão de obra, na busca pela inovação dos produtos.

O autor ainda completa, (2002,p.136),

“no decorrer da década de 90, como resultado das estratégias das empresas líderes para aumento de capacitação tecnológica, observaram-se ganhos de competitividade, dados pela expressiva elevação da produtividade, pelo acréscimo na oferta de novos produtos e inovações tecnológicas e pela ampliação da inserção internacional(...)”

A capacidade de inovação das empresas catarinenses é responsável pelo alto grau de competitividade das indústrias estaduais.

4.2.1.6 Indústria têxtil-vestuário

Como as outras indústrias, a têxtil também passou por um processo de reestruturação na década de 90. Antes de 1994 aconteceram os ajustes defensivos da mudança econômica e depois, a adaptação aos processos de mudanças tecnológicas e produtivas que a competição exigia.

Segundo Lombardi e Lins (2001), a eficiência produtiva foi proporcionada pelos novos equipamentos internalizados na indústria, redução dos tempos ociosos e melhoria no processo de controle da produção.

Para estes autores, a liberalização econômica do comércio exterior *“favoreceu essa orientação modernizadora, pois tornou mais fácil a aquisição de máquinas e equipamentos no exterior, vantagem que se faz notar também na esfera das rotinas de produção, devido ao melhor acesso dos produtos importados.”*(2001, p.131). O esforço para renovação das máquinas foi maior na produção de fios e nas atividades relacionadas a acabamentos.

4.2.1.7 Indústria de alimentos

Estas indústrias ficaram marcadas na década de 90, pelas mudanças do controle acionário, além daqueles já vistos nas outras indústrias devido à abertura comercial e exigência pela competitividade externa.

Conforme Campos et al, (2002), três grandes empresas catarinenses mudaram o controle acionário, Chapecó adquirida pelo grupo Macri, Perdigão por diversos (bancos, empresas), Agroeliane pela Seara/Ceval e a mesma Seara/Ceval pela Bunge. Quanto a diferenciação dos produtos, o processo foi ampliado pela Sadia e Perdigão, na produção de produtos semi-prontos para consumo.

4.2.2 Importação de máquinas equipamentos por Santa Catarina na década de 90 e anos seguintes

As condições econômicas da década de 90 levaram as indústrias, como já visto, a uma intensa reestruturação na produção e modernização do parque produtivo. A abertura comercial estimulou as exportações e conseqüentemente, a ampliação das exigências da qualidade dos produtos. Nesse sentido as empresas buscaram aumentar as importações de máquinas e equipamentos modernos de fornecedores especializados.

Em relação ao Brasil, Santa Catarina sempre apresentou significativa participação no comércio internacional. No quadro 05, é possível acompanhar o desempenho das importações pelo país, região sul e o estado na década de 90, no que se refere a máquinas e equipamentos.

Quadro 05 – Importações de máquinas e equipamentos do Brasil, Sul e Santa Catarina- período 1990 a 2003.

Ano -	Total de Importação de máquinas e equipamentos BR US\$ milhões	Total de importação máquinas e equipamentos SUL US\$ milhões	Total de importação de máquinas e equipamentos SC US\$ milhões	% Importação de máquinas e equipamentos SC /SUL	% Importação de máquinas e equipamentos SC /BR
1990	3.209,7	371,4	104,7	28,19	3,25
1991	3.127,9	399,6	84,9	21,24	2,71
1992	3.225,8	393,3	92,8	23,59	2,87
1993	3.751,3	481,7	104,4	21,67	2,78
1994	5.560,8	677,3	186,9	27,59	3,36
1995	8.059,9	1.064,1	309,2	29,05	3,83
1996	8.883,7	1.008,2	252,1	25,00	2,83
1997	10.788,2	1.479,8	330,4	22,32	3,06
1998	10.745,3	1.675,2	266,6	15,91	2,41
1999	9.121,9	1.416,6	215,9	15,24	2,36
2000	9.023,1	1.568,6	381,7	24,33	4,23
2001	9.671,9	1.608,4	185,2	11,51	1,19
2002	8.157,2	2.003,4	176,1	8,79	2,15
2003	7.787,9	1.430,1	158,2	11,06	2,03

Fonte: MDIC/SECEX – Sistema Alice (2004)

As importações de máquinas e equipamentos pelo Brasil, região Sul e Santa Catarina, tiveram um acréscimo de 73,25%, 82,36% e 78,51%, respectivamente no ano de 1994 comparado ao ano de 1990.

Em Santa Catarina, nesse período, as importações tiveram comportamento similar ao desempenho brasileiro. Este é um indicativo de que as medidas tomadas durante o período inicial de abertura refletiram diretamente sobre a estrutura industrial.

No ano de 1994 comparado a 2000, Santa Catarina apresentou expressiva participação nas importações dos bens de capital no cenário nacional, onde passou de 3,36% para 4,23%. Comparado com a região Sul, Santa Catarina teve um decréscimo de 3,26%, neste mesmo período, com participação de 27,59% no ano de 1994 e 24,33% no ano de 2000. A desvalorização cambial contribuiu para a queda do coeficiente de importação nos anos de 1998 e 1999.

A abertura econômica e a necessidade de adequação das exigências do mercado externo levaram as empresas a procederem a uma forte reestruturação nas suas funções de produção e em sua composição de compras (redução de custos), desverticalizando-se e direcionando parte de suas compras ao exterior.

Frente aos processos de constituição das áreas de livre comércio que desenvolveram reformas unilaterais significativas e liberalização comercial, torna-se imprescindível analisar a evolução das relações comerciais de Santa Catarina com os principais blocos econômicos.

No quadro a seguir é possível visualizar quanto, em valores percentuais, Santa Catarina importou na década de noventa até 2003, de máquinas e equipamentos de cada um dos principais blocos econômicos, sendo Mercosul, NAFTA, Ásia e União Européia. O que se refere a outros, incluem-se o saldo das importações destes mesmos produtos, completando um total de 100% das importações.

Quadro 06 – Participação das Importações de máquinas e equipamentos de Santa Catarina pelos principais blocos econômicos – período 1990 - 2003.

Ano	% importação de máquinas e equipamentos SC/ Mercosul	% importação de máquinas e equipamentos SC/ Nafta	% importação de máquinas e equipamentos SC/ Ásia	% importação de máquinas e equipamentos SC/ União Européia	% de importação de máquinas e equipamentos SC de Outros	Total
1990	4,88	7,84	7,04	66,96	13,28	100
1991	5,49	6,97	6,86	70,82	9,86	100
1992	2,61	11,42	3,96	72,25	9,76	100
1993	1,96	15,99	8,36	57,58	16,11	100
1994	0,57	15,11	5,91	68,03	10,38	100
1995	1,88	12,63	6,88	71,15	7,46	100
1996	2,89	18,74	5,41	66,56	6,41	100
1997	3,01	15,92	7,85	69,24	3,98	100
1998	3,50	18,45	8,22	60,75	9,08	100
1999	1,64	10,68	9,05	72,08	6,55	100
2000	2,70	16,56	11,20	61,25	8,29	100
2001	6,52	13,16	7,80	64,37	8,18	100
2002	4,06	8,14	7,84	73,98	5,98	100
2003	8,72	5,36	6,61	71,42	7,89	100

Fonte: MDIC/SECEX - sistema Aliceweb (2004).

Através do quadro 06 observa-se que o desempenho das importações nos anos de 1994 a 1998 foi bastante expressivo, quando passa de 0,57% para 3,50 %. Em janeiro de 1995, a grande maioria dos produtos comercializados entre os membros do Mercosul, já circulava isenta de impostos.

Conforme FIESC (2001) no ano de 1999, a Argentina passou a ter mais dificuldades de exportar para o Brasil, o ano foi marcado pela grave crise econômica e passou a apresentar barreiras comerciais aos produtos brasileiros, como o caso do frango, que afetou diretamente as exportações brasileiras.

No que se refere ao NAFTA, Santa Catarina a partir de 1992 teve crescimento de aproximadamente 45% em relação a 1990 e 60% em relação a 1991, porém manteve-se praticamente estável por todo o restante do período até 2001.

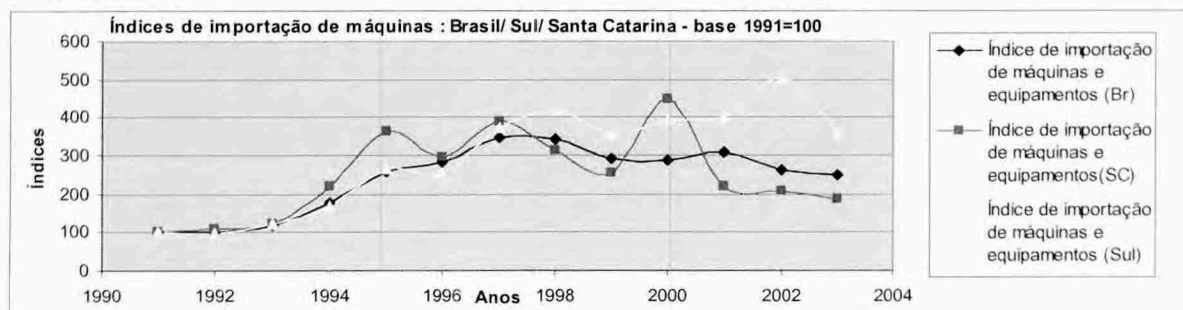
Dos países integrantes deste bloco, o principal mercado são os EUA. Com a grande desvalorização cambial percebida no ano de 2002, nota-se uma queda na pauta de importação dos produtos com alta tecnologia, mantendo este declínio no ano seguinte.

“a economia asiática, especialmente no leste, tem marcado o ano de 1997 como o período de crise econômica, dada a desvalorização da sua moeda (FIESC, 2001 p. 28).

Em relação ao total das importações por blocos, a União Européia é o principal mercado seguido do Nafta, Ásia e Mercosul, quanto importação de máquinas e equipamentos, provenientes especialmente da Alemanha. O ano de 2000 pode ser mencionado como o ano da desvalorização do EURO, e devido às desvalorizações da moeda européia, as exportações pelos países europeus em dólares tornaram-se mais competitivas. Mesmo com este diagnóstico o percentual de importações não variou muito, oscilando desde 1994 até 2003 entre 60% e 70% na participação das importações.

A estimativa da evolução dos investimentos auxilia a avaliação do esforço empresarial visando à expansão e à modernização do parque industrial do Estado. Oferece, pois, subsídios para um melhor entendimento do processo de industrialização recente e de suas tendências. A figura 05 mostra a evolução dos índices de importações de máquinas e equipamentos pelo Brasil, Sul e Santa Catarina.

Figura 05 Importação de Máquinas e Equipamentos: Brasil, Sul e Santa Catarina.



Fonte: MDIC/SECEX – Sistema Alice (2004)

Em 1994 as importações de máquinas e equipamentos pelo sul, correspondiam a 12,17% do total das importações feitas por máquinas e equipamentos pelo Brasil, e as importações destes mesmos produtos, pelo estado catarinense correspondiam a 3,36% do total brasileiro. Já em 1999 decaem um pouco para 2,36%, e em 2000, tem um acréscimo de aproximadamente 50%, do volume importado.

Para o Sul, o maior saldo de importação destes produtos foi em 2002, quando atingiu 24,55 % das importações, em relação ao Brasil neste mesmo ano.

Para Amal, Seabra (2002, p.57) o grande avanço das importações pela região sul, comparado com o declínio do estado catarinense deve-se ao fato de que:

“o fluxo de investimento direto externo constitui-se na forma pela qual ocorre a globalização produtiva, isto é, a ação das empresas multinacionais na diversificação ou na segmentação, em diversas etapas, de sua produção em escala mundial. (...) diferente dos demais estados da região Sul, que experimentou uma taxa de crescimento do capital multinacional acima da média nacional, Santa Catarina não se destaca na atração de capital externo.(...)”.

Atrelado a estes fatores, pode-se considerar que o grande decréscimo nos anos que seguem 2000, na brusca queda das importações pelo estado, deve-se a também alta desvalorização da moeda nacional, em especial no ano de 2002.

A reestruturação produtiva apresenta reflexos importantes no desenvolvimento de Santa Catarina, especialmente no comércio exterior. As mudanças no processo produtivo devido a grande competitividade dos mercados externos, impuseram novas condições de funcionamento da economia catarinense.

A seguir, a figura 6 mostra a evolução dos índices que correspondem ao total de importações de máquinas e equipamentos e também as produções físicas industrial por Santa Catarina na década de noventa e seguintes.

Segundo os autores, Mattei, Lins (2001, p. 33),

“No início da década de 90, a economia estadual entrou novamente em recessão, devido à crise macroeconômica provocada pela política do Governo Collor. Porém, com a estabilização da moeda, no bojo do Plano Real, observou-se um novo ciclo de crescimento a partir de 1994, com taxas de crescimento que, pode-se considerar, sustentaram-se até recentemente. De algum modo, é no seio dessa tendência que a nova dinâmica da economia catarinense se revela, assim como a sua forma de inserção na economia nacional, calcada em produtos de grande competitividade”.

Para Bercovich, Lins, 1995 *apud* Mattei, Lins (2001, p. 36),

“Uma das características do novo marco regulatório prevalecente na economia brasileira durante os anos 90 foi o notável crescimento das importações de bens de capital, engendrando um nível de concorrência que os fabricantes nacionais não tinham ainda experimentado. Isso teve reflexos significativos devido à escassa capacidade competitiva com a qual as atividades desse complexo adentraram os anos 90 no Brasil. Em consequência, as empresas catarinenses tentaram se modernizar, importando, elas próprias, máquinas e equipamentos atualizados tecnologicamente, introduzindo formas de gestão aptas a permitir melhor desempenho e, em não poucos casos, também lançando mão de insumos oriundos do exterior. O estabelecimento de parcerias internacionais igualmente freqüentou o rol de iniciativas implementadas, e isso foi observado até entre empresas de pequeno e médio porte”.

Figura 06 – Total de importação de Máquinas e equipamentos e Produção física industrial em Santa Catarina



Fonte: MDIC/SECEX- Sistema Alice, IBGE (2004)

Conforme Mattei, Lins (2001, p.36) *"O setor industrial apresenta pautas de produção e exportação bastante diversificadas, revelando competitividade nos mercados interno e externo"*.

As importações de máquinas e equipamentos por Santa Catarina no ano de 1995, tiveram um acréscimo de 264,19 % em relação ao ano de 1991, caindo 67,26% no ano de 1996 em relação a 1995. No ano de 2000, teve um acréscimo de 152,65% em relação ao ano de 1996.

A produção aumentou, no ano de 1995, 32,34% em relação ao ano de 1991 e no ano de 2000, aumentou sua produção física industrial 24,6% em relação ao ano de 1995. O ano de 2000

foi o período onde a produção catarinense obteve maior percentual de crescimento em toda a década de noventa.

Santa Catarina teve desempenho semelhante ao Brasil na produção física industrial, e nas importações de máquinas e equipamentos:

“A partir de 1994, com a valorização cambial introduzida pelo plano real, o Estado aumentou suas importações, tanto de produtos intermediários quanto de bens de capital. As importações constituíram fator determinante para a modernização do parque produtivo, intensificada ao longo da década de 1990”.

Sem dúvida, a importação de máquinas e equipamentos em Santa Catarina nesta década de 90 propiciou ao Estado um amparo na produção de bens de excelência capazes de competir no comércio internacional.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

O trabalho buscou verificar a evolução das importações de máquinas e equipamentos em todos os setores industriais catarinenses, e a importância da aquisição de novos bens de capital na ampliação da capacidade produtiva, no contexto da reestruturação industrial no período da abertura comercial da década de 90.

A ampliação dos mercados produtivos, motivada e facilitada pela liberalização econômica neste período, deixou clara a necessidade do Brasil e de Santa Catarina, de importar bens de capital que não são produzidos internamente, bens que ajustam e modificaram o modo de produção das indústrias, tornando-as capazes de incrementar seus produtos e de aumentar suas exportações para outros países, contribuindo benéficamente com a balança comercial do país.

As importações também causaram impactos na qualidade de empregados, as indústrias passaram a demandar mão de obra mais especializada, devido a necessidade de trabalhar com máquinas e equipamentos, com maior grau de tecnologia agregada. Essa demanda, ampliou a necessidade do estado abrir mais espaço para centro de pesquisas e desenvolvimento, centros de treinamentos e escolas especializadas.

Os efeitos das importações impactaram todos os setores produtivos catarinenses, motivando ainda mais as indústrias do estado na obtenção de tecnologia avançada, ampliando o parque produtivo, substituindo máquinas e equipamentos defasados proporcionando o aumento da produção.

A ampliação das importações de bens de capital, fortaleceram ainda mais a economia catarinense na participação do comércio exterior, firmou seu potencial na produção de bens competitivos tecnologicamente, e permitiu que o estado passasse pela reestruturação que necessitava, devido ao novo cenário que a economia moldando devido à abertura econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A. (Org) **O Brasil pós-Real, a política econômica em debate**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998, p. 101-129.

ABIMAQ. **Política industrial para a indústria de máquinas e equipamentos no Brasil**. São Paulo: 1989.

AMAL, Mohamed. SEABRA, Fernando. Investimento direto externo: a evidência brasileira e catarinense na década de 1990. CÁRIO, S., PERREIRA, L., SCHUNEMANN, A. (ORG). In: **Características da estrutura de mercado e do padrão de concorrência de setores industriais selecionados de Santa Catarina**. Florianópolis. Fundação Boiteux, 2002, p. 37-59.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. www.bacen.gov.br. Acesso em 25/05/2004.

BAUMANN, Renato. Uma visão Econômica da Globalização. In: **O Brasil e a economia global**: Renato Baumann (Org.), Rio de Janeiro: Campus; SOEET, 1996., pp.33-51.

BECKER, Dinizar F. Competitividade: **O (Des)caminho da globalização**. Estudo & Debate, Lajeado: Fates, v.1, n. 1, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. A internacionalização da indústria brasileira: números e reflexos depois de alguns anos de abertura. In: **O Brasil e a economia global**: Renato Baumann (Org.), Rio de Janeiro: Campus; SOEET, 1996., pp.167-193.

CAMPOS, Renato R., CARIO, Silvio A. F., NICOLAU, José A., LINS, Hoyêdo N., BARBOSA, Cícero R. F. Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em santa Catarina. In: **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. APED: Florianópolis, 2002, p. 113-169.

CAMPOS, Renato R., CARIO, Silvio A. F., NICOLAU, José A., LINS, Hoyêdo N., BARBOSA, Cícero R. F. Alta tecnologia em santa Catarina: a nascente indústria de software. In: **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. APED: Florianópolis, 2002, p. 171-205.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORDOVA, Márcio H. M., **Mecanismos de apoio às exportações**. Santa Catarina. Monografia (Graduação em comércio exterior). – Universidade Vale do Itajaí, 2000.

COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnologia. **Economia e Sociedade**, São Paulo, n.1, p.69-88,ago.1992.

COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: Papirus, 1993.

COUTINHO, Luciano G. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In; BAUMANN, R. (Org) **O Brasil e a Economia global**. Rio de Janeiro, Campus, 4 ed., 1998, p. 219-237.

COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: Brasil: VELLOSO (ORG) **Desafios de um país em transformação**. José Olympio: 1997, p. 81-106.

COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: **o Brasil e a economia global**: Renato Baumann (Org.), Rio de Janeiro: Campus; SOEET, 1996., pp.219-235p.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica. In: **Economia e sociedade**. Campinas: Economia e Sociedade, n. 1: 69-87, ago. 1992.

COUTINHO, Luciano. O desempenho da indústria sob o Real. In: MERCADANTE, (ORG) **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998, p. 249-261.

CUNHA, I. J. **A indústria catarinense rumo ao novo milênio: desafios, evolução e oportunidades**. Florianópolis: FIESC/SEBRAE-SC, 1997.

CUNHA, I. J. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo, 1992.296p.

Curso de **Comércio Exterior** – Bacin – Banco do Brasil

Curso **Gestão de Negócios Internacionais** – GENIN – Banco do Brasil

DIAS, Viviane V., O Brasil entre o poder e a força do poder. In: **O Brasil e a economia global**: Renato Baumann (Org.), Rio de Janeiro: Campus; SOEET, 1996., pp.55-73.
Fascículo **Profissionalização N.3** – Banco do Brasil.

FERRAZ, J. C. et. Al. **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D. ; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FERRAZ, João C., IOOTTY Mariana. Fusões, aquisições e internacionalização patrimonial no Brasil nos anos 90. in: VEIGA, P. da M. (Org) **O Brasil e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; São Paulo: Sobeet, 2000, p. 39-63.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de santa Catarina. **Comércio internacional catarinense**. Florianópolis: FIESC, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo et al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: paz e terra, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. In: **O Brasil e a economia global**: Renato Baumann (Org.), Rio de Janeiro: Campus; SOEET, 1996., pp.133-165.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômicas e incertezas críticas: o governo FHC e suas bombas de efeito retardado. In: MERCADANTE, (ORG) **o Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998, p. 169-208.

IBGE. Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia Econômica. www.ibge.gov.br. Acesso em 10/05/2004.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. www.ipeadata.com.br. Acesso em 20/05/2004.

KOHELER, M., CARIO, S., PEREIRA, L., (ORG). **Padrão Produtivo e Dinâmica Econômica Competitiva: Estudo sobre setores selecionados em Santa Catarina**. Florianópolis. Programa de Pós-graduação em Economia PPGE/UFSC, 2001.

LAPLANE, Mariano F. e SARTI, Fernando. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. **Economia e Sociedade**, n. 8, p.143-181. Campinas. 1997.

LASTRES, H. M. M.; Ferraz, J. F. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, H. M.M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.27-57.

LEMOS, C. Inovação na era do conhecimento. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro; Campus, 1999.p.122-144.

LINS, H. N. **Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90**. Florianópolis: UFSC, 2000.

MACEDO, André L. O., **Esforço tecnológico das empresas líderes do segmento de máquinas e equipamentos em Santa Catarina na década de 90: o caso da Embraco e da Weg**. Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Economia). _ Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MARTINS, Valfrido A., **Indústria de clear blocks no Paraná: análise da competitividade diante da globalização e das estruturas ocorridas na década de 90**. Santa Catarina. Dissertação. (Mestrado em Economia). – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MENDES, Rosguel. **Uma investigação sobre investimento externo direto e transferência de tecnologia: implicações para o Brasil nos anos noventa. Santa Catarina.** Dissertação. (Mestrado em Economia). – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MEYER, M. **A indústria metal-mecânica em Santa Catarina nos anos 90: localização e segmentos.** 2000. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NAKANO, Y. Globalização, competitividade e novas regras de comércio internacional. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.14,n.4, p.7-30,out./dez. 1993.

NICOLAU, José A., A indústria catarinense na década de 1990: em busca de novo ciclo de crescimento. CÁRIO, S., PERREIRA, L., SCHUNEMANN, A., (ORG). In: **Características da estrutura de mercado e do padrão de concorrência de setores industriais selecionados de Santa Catarina.** Florianópolis. Fundação Boiteux, 2002, p. 11-35.

PORTAL DO EXPORTADOR. www.portaldoexportador.com.br. Acesso em 15/04/2004.

Revista Comércio Exterior – **Informe BB.** Publicação do Banco do Brasil S.A. – várias edições.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de Economia.** 4ª ed. São Paulo, Best Seller, 1994.

SAYAD, JOÃO. Observações sobre o plano Real. In: MERCADANTE, (ORG) **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate.** Campinas: IE/UNICAMP, 1998, p. 71-100.

Universidade Corporativa Banco do Brasil.

VEIGA, Pedro da M. As transformações na indústria e o desempenho das exportações brasileiras nos anos 90. In: **O Brasil e os desafios da globalização.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará; São Paulo: Sobeet, 2000, p. 21-37.